

Conta Azul

Securizadora S.A.

Demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2025 e 2024

e relatório do auditor independente



Conteúdo

Relatório da administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	5
Balancos patrimoniais	8
Demonstrações de resultados	9
Demonstrações do resultado abrangente	10
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstração do fluxo de caixa	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras	13

Relatório da Administração

Visão geral

A Conta Azul Securitizadora S.A. foi fundada em novembro de 2023 com o propósito similar ao Grupo Conta Azul. O Grupo nasceu com a crença de que todo dono de negócio merece o sucesso e tem o grande sonho azul de transformar o Brasil por meio do empreendedorismo aumentando a performance de todas Pequenas Empresas, apoiando na organização das finanças e na tomada de decisões. Para isso, cria soluções que tornam o complexo em simples, transformam Dados em inteligência e estimulam a colaboração com seus Contadores. Uma dessas soluções é a Conta Azul Securitizadora S.A.

A Conta Azul busca avidamente melhorar seu portfólio e oferecer aos seus clientes a sustentação necessária para garantir seu sucesso. Em 2025 a Companhia avançou na oferta de serviços financeiros, atuando com parceiros para proporcionar uma experiência de ponta a ponta ao cliente dentro da plataforma, oferecendo serviços de antecipação de recebíveis (objeto da Conta Azul Securitizadora S.A.), e outros serviços como, consulta a proteção de crédito e conta digital.

Em 2025, a Companhia manteve sua trajetória de sucesso na implementação de estratégias de crescimento e eficiência. Ampliando o volume de clientes ativos e aliado à forte demanda pelos serviços oferecidos, o que impulsionou um aumento expressivo na receita líquida. No período, a receita atingiu R\$ 2,4 milhões, representando um crescimento significativo em comparação ao mesmo período do ano anterior (R\$ 232 mil em dezembro de 2024).

Em conformidade com a Lei nº 6.404/76 (Art. 118) e o Estatuto Social da Companhia, a Administração reafirma seu compromisso com a transparência na alocação de capital. A política de dividendos da Companhia prioriza o equilíbrio entre a remuneração aos acionistas e a retenção de recursos para reinvestimento estratégico, visando sustentar a trajetória de crescimento observada em 2025. Para o exercício corrente, a proposta de destinação do lucro líquido contempla: (i) Reserva Legal: Constituição de 5%, observados os limites legais; (ii) Dividendos Obrigatórios: Distribuição de 25% do lucro líquido ajustado, conforme previsão estatutária; e, (iii) Reinvestimento de Lucros: O saldo remanescente será direcionado para Reservas de Lucros, com o objetivo de financiar a expansão da oferta de serviços de antecipação de recebíveis e o aprimoramento tecnológico da plataforma.

A Administração também acompanha a equidade e indicadores sociais do grupo Conta Azul, conforme previsto na Lei nº 15.177/2025 e ao Art. 133, §6º da Lei nº 6.404/76. A companhia Conta Azul Securitizadora S.A., para o exercício de 2025, informa que sua estrutura operacional não contempla quadro próprio de colaboradores. Dessa forma, os indicadores de equidade exigidos pela Lei nº 15.177/2025 e pelo Art. 133, §6º da Lei nº 6.404/76 são observados indiretamente

através das políticas corporativas do Grupo. A Companhia entende que a performance financeira, que atingiu o marco de R\$ 2,4 milhões de receita líquida neste período, é reflexo direto de um ambiente de trabalho pautado pela igualdade de oportunidades.

Um marco determinante para o futuro da Companhia foi a consolidação da aquisição de 100% do Grupo Conta Azul pelo conglomerado norueguês Visma, anunciada em agosto de 2025. A transação, avaliada em aproximadamente US\$ 300 milhões, marca a entrada estratégica da gigante europeia de softwares SaaS no mercado brasileiro. A integração ao ecossistema Visma fortalece nossa estrutura de capital e capacidade tecnológica, mantendo-se a continuidade da gestão pelos fundadores, que permanecem à frente das estratégias operacionais para assegurar a essência e a visão do negócio.

Relacionamento com os Auditores Independentes

Conforme Resolução CVM 80/22, informamos que o Grupo Conta Azul contratou serviços de auditoria independente da empresa KPMG Auditores Independentes Ltda., incluindo:

auditoria sobre as demonstrações financeiras individuais da Conta Azul Securitizadora S. A. para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

A política da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa com os auditores independentes fundamenta-se em princípios que preservam sua independência. Esses princípios consistem nos padrões internacionalmente aceitos, em que: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer função de gerência no seu cliente; e (c) o auditor não deve gerar conflitos com interesses de seus clientes.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
The Five East Batel
Rua Nunes Machado, nº68 – Batel
Caixa Postal 13533 – CEP: 80250-000 – Curitiba/PR – Brasil
Telefone +55 (41) 3304-2500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos administradores e acionistas da
Conta Azul Securitizadora S.A.
Joinville – SC**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Conta Azul Securitizadora S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Conta Azul Securitizadora S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Receitas das Operações de Securitização de Recebíveis

Veja a Nota nº 1 e 3.3.1 das demonstrações financeiras

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1 e 3.3.1, a principal atividade da Securitizadora é a aquisição e securitização de Certificado de Recebíveis. No âmbito de sua atividade, conduz a estruturação, emissão e a colocação das operações de securitização.</p> <p>Além disso, é a responsável pelo gerenciamento destes recebíveis, bem como os respectivos pagamentos aos investidores. Dada a relevância das receitas geradas pelas operações de securitização para os resultados da Securitizadora, bem como os julgamentos aplicados no reconhecimento, mensuração e divulgação dessas receitas, consideramos este assunto relevante para a nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none">(i) o entendimento dos controles internos e procedimentos relevantes, implementados pela Securitizadora relacionados ao processo de apuração e reconhecimento das receitas e do controle dos valores a receber, contemplando: aprovação e registro das operações com direitos vinculados à cessão de créditos e das operações que são base para a apuração das receitas;(ii) testes amostrais de recálculo dos valores apropriados como receitas e inspeção dos documentos comprobatórios das transações que originaram as receitas reconhecidas no resultado, bem como seus respectivos comprovantes de liquidação; e(iii) avaliação da adequação das divulgações efetuadas pela Administração nas demonstrações financeiras. <p>Com base na abordagem de nossa auditoria e nos procedimentos efetuados, consideramos que os critérios adotados pela Securitizadora para mensuração e reconhecimento dessas receitas são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras da Securitizadora.</p>

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 23 de abril de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6-F-PR

Almir Eduardo Bertoncelo
Contador CRC PR-052082/O

Balço Patrimonial

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.127	625
Direitos vinculados a cessão de créditos	5	5.218	1.528
Impostos a recuperar		1	1
		7.346	2.154
Total do ativo		7.346	2.154
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	7	1	40
Obrigações tributárias		79	4
Adiantamento de clientes		2	-
Dividendos a Pagar	8 (c)	150	-
		232	44
Não Circulante			
Debêntures	6 e 12	6.654	2.133
		6.654	2.133
Total do Passivo		6.886	2.177
Patrimônio líquido			
Capital social	8	10	10
Reserva Legal	8	2	-
Reserva de Lucros	8	448	(33)
		460	(23)
Total do passivo e patrimônio líquido		7.346	2.154

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado do Exercício
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Receita líquida	9	2.439	232
Lucro bruto		2.439	232
Custo e Despesas operacionais		(949)	(171)
Despesas administrativas	10	(766)	(167)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	10	(157)	-
Outras despesas operacionais	10	(26)	(3)
Lucro antes do resultado financeiro		1.490	61
Resultado Financeiro		(558)	(93)
Receitas financeiras	11	468	41
Despesas financeiras	11	(1.026)	(134)
Resultado antes dos impostos e contribuições sociais		932	(32)
Imposto de renda e contribuição social correntes	13	(299)	-
Lucro/(Prejuízo) líquido do exercício		633	(32)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de Reais)

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro/(Prejuízo) líquido do exercício	633	(32)
Outros componentes do resultado abrangente	-	-
Resultado abrangente total	633	(32)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital Social	Reserva Legal	Reservas de Lucros	Lucros/ (Prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 01 de dezembro de 2024		1	-	-	(1)	-
Aumento de Capital		9	-	-	-	9
Prejuízo do exercício de 2024		-	-	-	(32)	(32)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		10	-	-	(33)	(23)
Lucro do exercício		-	-	-	633	633
Absorção de Prejuízos		10	-	-	600	610
Destinação do Lucro:						
Reserva Legal (5%)		-	2	-	(2)	-
Dividendos Mínimos Obrigatórios		-	-	-	(150)	(150)
Retenção de Lucros		-	-	448	(448)	-
Saldos em 31 dezembro de 2025	8	10	2	448	-	460

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Fluxo de Caixa - Método indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro/(Prejuízo) líquido do exercício		633	(32)
Ajustes para:			
Juros provisionados		1.021	133
Imposto de renda e contribuição social correntes		299	-
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	5	157	
		2.110	101
Varição nos ativos e passivos			
(Aumento)/redução em Direitos vinculados a cessão	5	(3.847)	(1.505)
Aumento/(redução) em Fornecedores	7	(39)	40
Aumento/(redução) em Obrigações tributárias		11	3
Aumento/(redução) em Adiantamento de clientes		2	-
Imposto de renda e contribuição social pagos		(235)	-
Caixa líquido gerado/(aplicado) nas atividades operacionais		(1.998)	(1.361)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Integralização de capital		-	9
Captação de debêntures	6	3.500	1.500
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		3.500	1.509
Aumento/(redução) em caixa e equivalentes de caixa		1.502	147
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		625	478
Caixa e equivalentes de caixa no final do período		2.127	625
Aumento/(redução) em caixa e equivalentes de caixa		1.502	147

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Conta Azul Securitizadora S. A. (“ContaAzul” ou “Companhia”), com sede em Joinville, Santa Catarina, pertence ao Grupo Conta Azul (“Grupo”) e foi fundada em 7 de novembro de 2023, no entanto somente iniciou as operações comerciais (cessão de créditos) em maio de 2024. Em agosto de 2025, foi anunciado a compra do Grupo Conta Azul pelo grupo Norueguês Visma, marcando a entrada da gigante europeia de softwares de gestão em nuvem (SaaS) no mercado brasileiro. A operação envolveu a compra de 100% da companhia, e os fundadores continuam no negócio à frente das estratégias operacionais.

A Conta Azul Securitizadora S. A tem como objetivo, através de antecipação de recebíveis, originar crédito por dentro da plataforma da “Conta Azul Software” aos clientes. A Companhia atende o cliente do ERP do Grupo Conta Azul (Conta Azul Software LTDA), fazendo com que ele consiga antecipar valores que ainda não foram pagos pelos seus clientes.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Base de preparação e apresentação

(a) Demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras, foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na nota explicativa 3.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia.

(b) Aprovação das demonstrações financeiras individuais

A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pela Administração em 22 de abril de 2026. Após a emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

(c) Arredondamento de valores

Todos os valores divulgados nas demonstrações financeiras e notas explicativas foram arredondados com a aproximação de milhares de reais, salvo indicação contrária.

(d) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado, que são mensurados pelo valor justo.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional e de apresentação da Companhia é o Real (“R\$”). A Companhia não possui operações em moeda estrangeira.

2.3 Continuidade operacional e dependência econômica

As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a Companhia conseguirá cumprir suas obrigações de pagamentos decorrentes de financiamentos conforme os prazos divulgados na nota explicativa 6 e 7.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia reconheceu um lucro líquido de R\$ 633 (prejuízo de R\$ 32 em 2024). O patrimônio líquido está positivo em R\$460 (negativo em R\$23 em 2024) e os fluxos de caixa operacionais negativos em R\$ 1.998 (R\$ 1.361 em 2024).

Considerando esse contexto e o papel estratégico que a Companhia possui para o Grupo Conta Azul, que leva em consideração aspectos tais como a experiência de ponta a ponta e serviços financeiros dentro da plataforma da Conta Azul Software. Assim, a administração tem uma expectativa razoável de que a Companhia terá recursos suficientes para continuar operando no futuro previsível como pode ser observado já nos resultados de 2025.

3 Políticas contábeis materiais

A Companhia aplicou às políticas contábeis materiais descritas abaixo de maneira consistente a todo exercício apresentado nestas demonstrações financeiras, exceto nos casos indicados em contrário.

3.1 Apuração de resultados

As receitas e despesas são apropriadas de acordo com o regime de competência.

3.2 Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e, não, para investimento ou outros propósitos. De acordo com o CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, são classificados como caixa e equivalente caixa ativos mantidos com a finalidade de honrar compromissos operacionais imediatos e possuem as seguintes características: (i) vencimento original igual ou inferior a 90 dias da data da contratação; (ii) pronta conversibilidade em montante conhecido de caixa; e (iii) insignificante risco de mudança de valor.

A Companhia possui atualmente apenas contas de depósitos bancários com movimentações diárias que suportam a operação.

3.3 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescido, quando não for mensurado a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativo financeiro ou passivo financeiro.

Os ativos financeiros são subsequentes mensurados por: (i) custo amortizado; (ii) valor justo por meio do resultado ("VJR"); ou (iii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA").

Via de regra, os passivos financeiros devem ser mensurados subsequentemente pelo custo amortizado ou pelo VJR, salvo especificação contrária definida no Pronunciamento Técnico CPC 48 - Instrumentos Financeiros.

Com base no CPC 46 - Mensuração do valor justo, o valor justo é definido como o preço que seria recebido por um ativo ou pago para transferir um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data da mensuração. A orientação contábil do valor justo fornece uma hierarquia de valor justo em três níveis para a classificação de instrumentos financeiros. Essa hierarquia é baseada nos mercados em que os ativos ou passivos são negociados e se os dados para as técnicas de avaliação usadas para mensurar o valor justo são observáveis ou não observáveis. A mensuração do valor justo de um ativo ou passivo financeiro é atribuída com base no nível mais baixo de qualquer dado que seja significativo para a mensuração do valor justo em sua totalidade. Os três níveis da hierarquia do valor justo são descritos abaixo:

- Nível 1: A avaliação é baseada em preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

- Nível 2: A avaliação é baseada em dados observáveis baseados no mercado, exceto preços de Nível 1, como preços cotados para ativos ou passivos similares, preços cotados em mercados que não estão ativos ou outros dados observáveis ou que podem ser corroborados pelo mercado observável dados para substancialmente o prazo integral dos ativos ou passivos.
- Nível 3: A avaliação é gerada a partir de técnicas que utilizam premissas significativas, não observáveis no mercado. As técnicas de avaliação incluem modelos de precificação, metodologias de fluxo de caixa descontado ou técnicas semelhantes.

3.3.1 Direitos vinculados a cessão de créditos

Correspondem ao preço pago pela aquisição de direitos creditórios cedidos à Companhia, com transferência substancial de riscos, acrescido de encargos financeiros, liquidados mensalmente em favor da Companhia.

São gerenciados de forma a receber fluxos de caixas, que são derivados da liquidação dos direitos creditórios, mas cujos volumes efetivamente apropriados pela Companhia são determinados com base em instrumentos contratuais – a escritura da emissão debêntures a que se vincula a operação de cessão de direitos creditórios (“Escritura”) – e são destinados ao adimplemento de garantias e compromissos relacionadas à emissão, conforme programação de alocação de recursos.

Os fluxos de caixa efetivamente apropriados são enquadrados, pela Companhia, nas categorias de principal (preço pago pela aquisição dos direitos creditórios, derivado da aplicação dos recursos obtidos com a emissão de debêntures) e juros (encargos financeiros cobrados da cedente para honrar com as despesas da emissão, conforme regra estabelecida na Escritura), razão pela qual designa o ativo pelo custo amortizado.

A Companhia deve deixar de reconhecer o ativo, quando não tiver mais direito aos seus fluxos de caixa, em decorrência do evento de resolução total da cessão, de acordo com os dispositivos do contrato de cessão.

3.3.2 Debêntures

São mensuradas pelo custo amortizado, contabilizadas, portanto, pelo valor líquido efetivamente a ser pago pela Companhia. (valor integralizado pelos debenturistas, deduzido dos custos de transação). São considerados encargos financeiros o pagamento de juros e os gastos diretos e incrementais com a captação do recurso, sendo apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base na taxa interna de retorno.

Em complemento, a emissão não conta com a contratação de instrumentos financeiros derivativos, motivo pelo qual não foram identificados riscos relacionados à contratação desses instrumentos na estrutura da emissão.

3.4 Redução ao valor recuperável (impairment)

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ("Direitos vinculados a cessão de créditos"); A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas (forward-looking).

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber). As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

3.5 Imposto de Renda e Contribuição Social correntes e diferido

A provisão para imposto de renda é constituída com base no lucro real à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$ 240.000,00, e a provisão para contribuição social à alíquota de 9%, conforme legislação em vigor.

A Companhia não possui imposto de renda e contribuição social diferidos, ativos e passivos; caso os venha a ter, serão reconhecidos somente quando houver perspectiva consistente de sua realização.

3.6 Provisões, ativos e passivos contingentes

A Administração não possui ativos ou passivos contingentes, que levassem a Companhia à necessidade da constituição de qualquer provisão ou divulgação em notas explicativas.

3.7 Mudanças nas políticas contábeis materiais

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis emitiu o Pronunciamento Técnico CPC 51 – Apresentação e Divulgação em Demonstrações Contábeis, correlato à IFRS 18, aprovado pela Resolução CVM 237/2025, com vigência obrigatória para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. Referida norma substituirá o CPC 26 (R1) e introduzirá novos requisitos de apresentação e divulgação das demonstrações contábeis, incluindo categorias obrigatórias de receitas e despesas e novos subtotais na demonstração do resultado. A Administração da Companhia avalia que a adoção do CPC 51, embora não altere critérios de reconhecimento ou mensuração de ativos, passivos, receitas ou despesas, poderá impactar a forma de apresentação das demonstrações contábeis a partir do exercício de 2027, e segue monitorando os possíveis efeitos de sua implementação.

Não existem outras novas normas e alterações emitidas pelo IASB e CPC com vigência a partir de 1º de janeiro de 2025 que, na opinião da Administração, possam ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia em 31 de dezembro de 2025.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2025	31/12/2024
Bancos	2.121	610
Aplicações de liquidez imediata	6	15
	2.127	625

As aplicações financeiras apresentadas como caixa e equivalentes de caixa são títulos de liquidez imediata e representam risco insignificante de mudança de valor. Estas aplicações são remuneradas pela variação do CDI - Certificado de Depósito Interbancário.

5 Direitos vinculados a cessão de créditos

Os recursos obtidos com a emissão de debêntures são investidos em direitos creditórios. Os direitos vinculados à cessão de créditos correspondem ao preço pago pela Companhia (cessionária) às cedentes pela aquisição de direitos creditórios, acrescido de eventuais encargos financeiros cobrados da cedente pela cessionária, para fazer face aos encargos diretamente atribuíveis à captação dos recursos financeiros.

A Companhia também adota metodologia para a constituição de Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa, baseada na análise do comportamento histórico de inadimplência de clientes, conforme CPC 48 – Instrumentos Financeiros. Para fins de estimativa das perdas esperadas, é utilizada como referência a média do índice de cancelamento verificado nos últimos 12

meses, o qual reflete o padrão de descontinuidade contratual e de não recuperabilidade dos recebíveis associados.

(a) Composição contas a receber

	31/12/2025	31/12/2024
Direitos vinculados a cessão de créditos	5.375	1.528
(-) Perdas estimadas associadas ao risco de crédito	(157)	-
	5.218	1.528

A Companhia constitui a provisão de perda esperada considerando o risco de inadimplência. A movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito está demonstrada a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo no início do exercício	-	-
Constituição de perda esperada	(157)	-
Saldo no final do exercício	(157)	-

(b) Contas a receber de clientes por vencimento

A posição dos direitos creditórios cedidos, ajustados pelo fator de ponderação e por vencimento está representada abaixo:

Faixa de Vencimento	Valor Bruto	Fator %	Valor Líquido	Valor presente 31/12/2025	Valor presente 31/12/2024
A vencer	5.056	95%	4.799	4.924	1.487
Vencidos entre 1 a 14 dias	217	96%	210	217	39
Vencidos entre 15 a 30 dias	48	92%	44	48	2
Vencidos entre 31 e 60 dias	63	90%	56	63	-
Vencidos entre 61 e 90 dias	57	93%	53	57	-
Vencidos entre 91 e 120 dias	7	90%	6	7	-
Vencidos entre 121 e 150 dias	11	94%	10	11	-
Vencidos entre 151 e 180 dias	27	97%	26	27	-
Vencidos há mais de 180 dias	21	94%	20	21	-
	5.507		5.224	5.375	1.528

6 Debêntures

Em dezembro de 2023, a Conta Azul Securitizadora realizou a emissão de 10.000 debêntures, cada uma com valor de R\$ 1.000, totalizando R\$ 10.000. O prazo máximo para subscrição é de 720 meses, com vencimento em dezembro de 2028. Durante o ano de 2025, a Companhia captou R\$ 3.500 (R\$ 2.000 em 2024) por meio

de debêntures, a base da remuneração do valor unitário das Debêntures da 5a. Série com juros vinculados a 160% da CDI. A expectativa do pagamento se mantém conforme vencimento previsto para dezembro de 2028.

As Debêntures terão a forma nominativa, não endossável com registro em livro próprio.

Os montantes devidos, termos e prazos para cada debênture estão apresentados a seguir.

(a) Composição das debêntures

Debêntures					
Mês	Saldo Principal	Remuneração Mês	Remuneração Acumulada	Saldo Final 2025	Saldo Final 2024
Saldo Inicial	2.000	-	133	2.133	502
jan	3.000	34	167	3.166	510
fev	3.000	36	203	3.203	516
mar	5.000	55	258	5.257	523
abr	5.000	65	323	5.323	531
mai	5.500	80	403	5.903	538
jun	5.500	80	483	5.983	545
jul	5.500	100	583	6.084	553
ago	5.500	95	678	6.179	1.062
set	5.500	115	793	6.294	1.074
out	5.500	125	918	6.419	2.091
nov	5.500	108	1.026	6.526	2.110
dez	5.500	128	1.154	6.654	2.133
Saldo Final	5.500	128	1.154	6.654	2.133

(b) Movimentação

Debêntures	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	2.133	500
Novas emissões	3.500	1.500
(+) Juros apropriados	1.021	133
Saldo Final	6.654	2.133

7 Fornecedores

	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores nacionais	1	40
	1	40

8 Patrimônio líquido

(a) Capital Social

O capital social subscrito e integralizado é de R\$10 em 31 de dezembro de 2025 (R\$10 em 31 de dezembro de 2024), dividido em 10.000 quotas unitárias (10.000 em 31 de dezembro de 2024) no valor nominal de R\$ 1,00 real cada.

(b) Reserva Legal

De acordo com as disposições da lei 6.404/76 artigo 193, e conforme estatuto societário, a companhia deve constituir uma reserva legal destinando 5% do lucro do exercício até que o saldo da reserva legal alcance 20% do capital social realizado. No exercício de 2025 foi destinado à Reserva Legal o valor de R\$ 2 mil, considerando o limite de 20% do capital social.

(c) Dividendos Mínimos Obrigatórios

Conforme estatuto societário, a Companhia reserva o direito de distribuir como dividendos mínimos obrigatórios 25% do lucro líquido do exercício, já ajustado após a constituição da reserva legal. O estatuto ainda prevê que se for incompatível com a situação financeira da Companhia e se a assembleia deliberar pela retenção, o pagamento pode ser dispensado.

Os dividendos mínimos foram apurados conforme demonstrado no quadro abaixo:

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício após destinações	598	-
Dividendo mínimo obrigatório 25%	150	-

(d) Reserva de Lucros

O lucro de exercício após as retenções obrigatórias é designado à Reserva de Lucros, que totalizou R\$ 448, após a absorção do prejuízo de 2024, R\$ (33).

9 Receita Líquida

	31/12/2025	31/12/2024
Receitas com subscrição	2.561	242
(-) Impostos sobre Receita	(115)	(10)
(-) Cancelamentos e Devoluções	(7)	-
	2.439	232

10 Custos e despesas por natureza e função

				31/12/2025	31/12/2024
	Despesas administrativas	Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	Outras receitas (despesas)	Total	Total
Serviços subcontratados de terceiros	(560)	-	-	(560)	(155)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	-	(157)	-	(157)	-
Perdas por reembolso aos clientes	(189)	-	-	(189)	-
Outras despesas	(17)	-	(26)	(43)	(16)
	(766)	(157)	(26)	(949)	(171)

11 Resultado financeiro

Despesas financeiras

	31/12/2025	31/12/2024
Juros incorridos	(1.021)	(132)
Outras despesas financeiras	(5)	(2)
	(1.026)	(134)

Receitas Financeiras

	31/12/2025	31/12/2024
Juros de mora e multa	468	39
Outras receitas financeiras	-	2
	468	41

12 Transações com partes relacionadas

Remuneração da Administração

O pessoal-chave da administração inclui todos os administradores da Companhia. A remuneração paga ao pessoal-chave da administração por serviços prestados foi de R\$ 4.557 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 3.763 no período de dezembro de 2024)

centralizados na Conta Azul Software Ltda., e representando os valores pagos ao pessoal-chave pelos serviços prestados do grupo.

Debêntures

Os saldos de passivos, bem como transações que influenciaram o resultado relativos a operações com partes relacionadas, decorrem principalmente do recebimento e repasse de direitos creditórios e da retenção desses recursos recebidos para fazer face a remuneração das debêntures e outras despesas operacionais da Companhia estão demonstrados a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Passivo		
Debêntures - Conta Azul Software	6.654	2.133
	<u>6.654</u>	<u>2.133</u>

13 Imposto de renda e contribuição social

	2025	2024
Resultado antes dos impostos	932	(32)
Adições / (Exclusões)	82	-
Compensação de prejuízos	(66)	-
Base de cálculo	948	-
Base adicional	708	-
Imposto de renda – 15%	(143)	-
Imposto de renda – 10%	(71)	-
CSLL – 9%	(85)	-
Imposto de renda e contribuição social correntes	(299)	-
Alíquota Efetiva	27%	-

14 Gestão de Risco e Instrumento Financeiro

A Administração tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco. Os instrumentos financeiros da Companhia são classificados e mensurados ao custo amortizado, de acordo com o CPC 48 – Instrumentos Financeiros.

Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado compreendem os recebíveis de clientes, compostos exclusivamente por pagamentos de principal e

juros, bem como os demais créditos operacionais. Esses ativos são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, acrescido dos custos de transação diretamente atribuíveis, e subsequentemente mensurados pelo método da taxa de juros efetiva, líquidos de provisão para perdas esperadas.

Os passivos financeiros mensurados ao custo amortizado abrangem as debêntures contraídas pela Companhia. São inicialmente reconhecidos pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e subsequentemente mensurados pelo método da taxa de juros efetiva

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

Riscos de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes e em títulos de investimento.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é representado por dificuldades que a Companhia poderia encontrar em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem na Administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e juros, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. Todas estas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pela Administração.

Risco cambial

O risco cambial decorre da possibilidade de perdas devido às flutuações do câmbio que geram aumentos nos passivos e compromissos assumidos ou que reduzam os ativos atrelados a moedas estrangeiras.

A Conta Azul Securitizadora S.A. não possui contrato ativo com fornecedor na qual está atrelado a pagamentos em dólar e não possui ativos em sua moeda de origem diferente da qual opera, real.

Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

Os instrumentos financeiros da Conta Azul e sua controlada são representados por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos que estão atrelados à variação do CDI - Certificado de Depósito

Interbancário, na qual representa o principal risco atrelado às operações. Os valores contábeis estão registrados pelo seu valor de custo, acrescidos de rendimentos ou encargos incorridos, ou pelo valor justo quando aplicável, em 31 de dezembro de 2025.

Análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros

A fim de avaliar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras na data base de 31 de dezembro de 2025, foram definidos três cenários relacionados ao risco de redução do CDI:

Cenário I: Baseada na taxa CDI acumulada em 12 meses até dezembro de 2025, que foi de 12.08%;

Cenário II: Calculada uma variação de 10% da taxa CDI acumulada;

Cenário III: Calculada uma variação de 20% da taxa CDI acumulada;

Ativos Financeiros:

	31/12/2025	Risco	Cenário I Provável	Cenário II -10%	Cenário III -20%
Direitos vinculados a cessão de créditos	R\$ 5.218	Redução CDI	12,08%	10,87%	9,66%
Receita financeira estimada			630	567	504

Passivos Financeiros:

	31/12/2025	Risco	Cenário I Provável	Cenário II -10%	Cenário III -20%
Debêntures	R\$ 6.654	Redução CDI	12,08%	10,87%	9,66%
Despesa financeira estimada			804	723	643

Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura, de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial.

O objetivo é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e buscar eficácia de custos.

Gestão de capital

A Administração trabalha para manter uma sólida base de capital para manter a confiança dos quotistas e credores no desenvolvimento futuro do negócio.

Para a apuração do capital total é realizada a soma do patrimônio líquido com a dívida líquida.

Valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

Os saldos contábeis dos principais instrumentos financeiros contratados em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 correspondem substancialmente aos respectivos valores justos.

Instrumentos financeiros derivativos

No período de 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 a Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos.

15 Eventos Subsequentes

Não ocorreram eventos subsequentes relevantes entre a data de encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e a data de assinatura desta demonstração.

* * *

Vinicius Roveda
Chief Executive Officer

Marcos Andreetto Perillo
Chief Executive Finance

Daniele Cristine Kamke
Contadora
CRC: 1-SC-031609/O-1